

12

Brasília,

QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2006

 CORREIO
BRAZILIENSE

INOCENCIA PERDIDA



SINAIS PSICOLÓGICOS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO

Medo ou mesmo pânico de certa pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando a criança é deixada sozinha em algum lugar com alguém

Medo do escuro ou de lugares fechados

Mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento, como oscilações no humor

Regressão a comportamentos infantis, como choro excessivo sem causa aparente

Baixo nível de auto-estima e excessiva preocupação em agradar os outros

Ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, fadiga

Comportamento agressivo, raivoso

Expressão de afeto sensualizada ou mesmo certo grau de provocação erótica, inapropriado para uma criança

Abandono de comportamento infantil, de laços afetivos, de antigos hábitos lúdicos, de fantasias, ainda que temporariamente

Fugas frequentes de casa

Prática de delitos

Uso e abuso de substâncias como álcool e drogas

Assiduidade e pontualidade exageradas, quando ainda freqüente a escola. Chega cedo e sai tarde da escola, demonstra pouco interesse ou mesmo resistência em voltar para casa após a aula, em caso de abuso

Queda injustificada na freqüência escolar

Dificuldade de concentração e aprendizagem resultando em baixo rendimento escolar

Não participação ou pouca participação nas atividades escolares

Tendência ao isolamento social com poucas relações com colegas

Dificuldade de confiar nas pessoas

SINAIS FÍSICOS

Enfermidades psicossomáticas, que são problemas de saúde sem aparente causa clínica, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas. Tais sintomas têm fundo psicológico e emocional

Doenças sexualmente transmissíveis, diagnosticadas em coceira na área genital, infecções urinárias, odor vaginal, corrimento e secreções vaginais e penianas, além de cólicas intestinais

Dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas da vagina ou ânus a ponto de causar, inclusive, dificuldade de caminhar e sentar

Gravidez precoce ou aborto

Ganho ou perda de peso

Fonte: Guia Escolar - Método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, 2003

PRECONCEITO NA ESCOLA

ALÉM DE ENFRENTAR O DRAMA DA PROSTITUIÇÃO, CRIANÇAS SENTEM NA PELE A CARGA DE DESCONFIANÇA E A CONDENAÇÃO MORAL DE PROFESSORES E COLEGAS DO COLÉGIO. NO MATO GROSSO, MENINA DE 15 ANOS SÓ CONSEGUIU VOLTAR A SENTAR EM FRENTE AO QUADRO NEGRO DEPOIS DE SER PRESA POR PORTE DE MACONHA

Cuiabá (MT) — Mariana chora. Chora quando conta sua história de vida. Quando lembra das humilhações. Da zombaria dos colegas da escola. Chora quando abraça a assistente social que lhe deu apoio. Mariana tem 15 anos de idade. São oito anos de infância e sete como vítima da exploração sexual. Sete anos de exclusão. Marcada pelas ruas, não conheceu um dia sem discriminação. Abandonou cinco escolas, cansada de ser chamada de puta pelos colegas e até por professores. E, só agora, cercada pelas grades de uma instituição para crianças e jovens em conflito com a lei, ela consegue estudar. Cercada por meninas com histórias quase tão sofridas quanto a dela, não se sente deslocada. E tenta recomeçar.

A história de Mariana começou quando ainda era um bebê na barriga da mãe, que trabalhava no garimpo em Apiacás, na região norte do Mato Grosso. O pai também era garimpeiro. A criança foi entregue a uma vizinha que cuidou dela até completar 8 anos. Então, Mariana foi abandonada. Pela segunda vez.

Sem ter onde morar, a garota foi trabalhar em um bordel freqüentado por homens do garimpo. Nos primeiros dias, limpava as mesas. Mas não tardou para que começasse a receber trocados e bebida alcoólica. Tudo para dançar em cima das mesas, que acabaram tornando-se palco para a mirrada menina de 8 anos. O álcool deu lugar à droga menos de seis meses depois. As apresentações de dança deram espaço para a exploração sexual. E assim passaram-se sete anos.

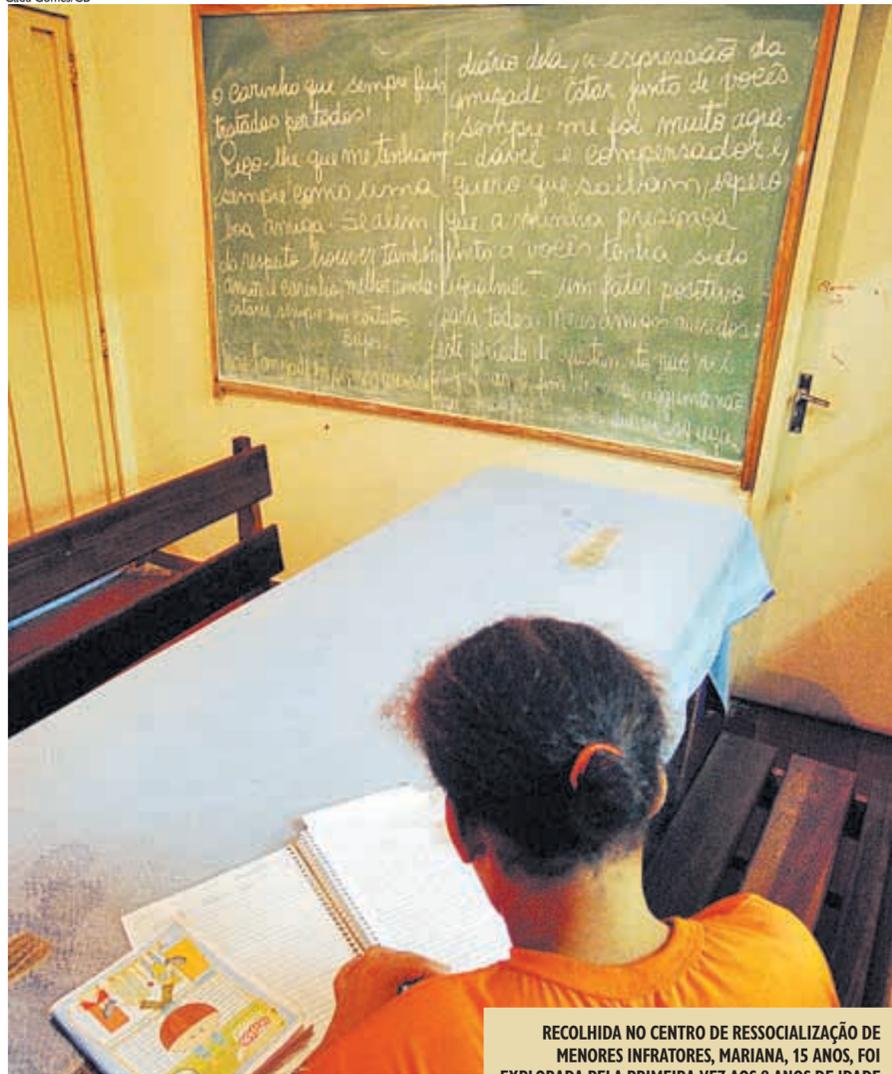
Nesse período, Mariana teve contato cinco vezes com a Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Sempre recebia conselhos e era matriculada em alguma escola. “A história se repetiu toda vez, em todas as escolas. Eles me chamavam de puta e riam na minha cara, dizendo que ali não era o meu lugar. De tanto falarem que eu não valia nada, comecei a achar que não ia aprender nada mesmo”, desabafa. “Na rua, todo mundo me trata bem. Por que eu ia ficar num lugar onde ninguém me queria?”, pergunta.

Pressão

Entre os que humilhavam Mariana, estavam alunos e professores que já tinham visto a menina na Rua das Velhas, ponto de prostituição na cidade. “Pode anotar aí: nunca houve um professor que me ajudou. Nenhum me olhou e disse que eu podia mudar de vida”, resume.

Hoje, Mariana está em um centro de ressocialização de menores em conflito com a lei. Ela foi pega com a ponta de um cigarro de maconha e enquadrada por porte de entorpecentes. O lugar nem de longe inspira qualquer possibilidade de ressocialização. É cheio de

Cadu Gomes/CB



RECOLHIDA NO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE MENORES INFRATORES, MARIANA, 15 ANOS, FOI EXPLORADA PELA PRIMEIRA VEZ AOS 8 ANOS DE IDADE

grades e sem atividades lúdicas. Mas trouxe, pelo menos, uma vantagem para Mariana. Pela primeira vez, desde os 8 anos, ela é tratada como uma menina normal. Mariana vive em um país em que é necessário estar em uma sala de aula cheia de grades nas janelas para encontrar-se com a educação, a principal chave da cidadania.

Na história de vida de Mariana, a escola teve papel de destaque. Mas em vez de assumir papel de mocinho,

o sistema educacional foi carrasco. “A escola ajudou a vitimizá-la quando deixou a impressão de que, na exploração, ela seria mais feliz. A menina foi uma vítima da incompreensão e da falta de tolerância de professores e diretores que não quiseram enfrentar o desafio de tirá-la da prostituição”, lamenta Dulce Regina Amorim, assistente social do Conselho Tutelar de Várzea Grande, na região metropolitana de Cuiabá (MT). (Erika Klingl)

VIGÍLIA DOS PROFESSORES

A escola pode e deve ser a principal porta de entrada para as notificações de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes. Pode ser a principal parceira da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual. “O professor é o que, depois da família, mais tempo fica com as crianças e adolescentes. Ele só não pode se omitir”, afirma Leandro Fialho, coordenador de Ações Educacionais Complementares da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), órgão do Ministério da Educação.

Para cumprir esse papel, é necessário que os educadores tomem para si a responsabilidade pelos alunos. Mesmo quando eles não estão dentro da sala de aula. O problema é que, na maioria das vezes, o professor não sabe identificar as características do abuso ou da exploração. Simplesmente, não sabe o que fazer. “Antes de qualquer coisa, os integrantes do sistema educacional precisam fazer uma reflexão. Só pedagogia não adianta. Não basta explicar bem o conteúdo de matemática se o estudante não se concentra porque tem medo de voltar para casa ou passou a

noite nas ruas”, argumenta Sônia Prado, psicóloga especializada em violência familiar em Brasília (DF).

“Se os educadores admitirem que não sabem o que fazer, já vai ser bom para a rede de enfrentamento porque portas serão abertas para a capacitação. Está na hora de dar um basta na omissão”, completa Roseli Schuster, coordenadora do Centro Referência da Assistência Social de Foz do Iguaçu (PR).

A saída para tal dilema está na informação. Os professores, diretores e coordenadores pedagógicos precisam saber, por exemplo, que têm responsabilidade pelas denúncias. O artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece, por exemplo, multa de até 20 salários mínimos, caso o médico, o professor ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente. A denúncia no conselho tutelar ou pelo disque-denúncia —

número telefônico 100 — pode ser anônima. É necessário informar apenas o nome e o endereço da criança e do suposto violador para que as autoridades possam investigar e tomar as medidas cabíveis.

Leandro Fialho explica que aumentar as notificações dos casos de maus-tratos é um dos pontos centrais do programa Escola que Protege, que está em implementação em 94 municípios. “Capacitamos quatro professores, gestores e coordenadores pedagógicos de cada escola dessas cidades para que eles atuem na identificação, notificação e encaminhamento para atendimento especializado das crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual e de trabalho infantil”, explica. Nos dois primeiros anos, cinco mil professores foram formados tendo por base os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Guia Escolar, Constituição Federal e Declaração Universal dos Direitos Humanos. “Esperamos que nessas cidades, as denúncias aumentem significativamente”, completa. Ano passado, professores de Belém, Fortaleza e Recife participaram de um projeto piloto. (EK)